



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

**GINÁSIO PADRE PALMEIRA – SEU MÉTODO PEDAGÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (1950-1960).**

Edileusa Santos Oliveira*
(UESB)

Ana Palmira B. S. Casimiro**
(UESB)

RESUMO

O Ginásio Padre Palmeira foi um importante centro de referência cultural no interior da Bahia. Por seus corredores e salas passaram filhos ilustres, conhecidos, alguns, provavelmente, ainda não revelados, do sertão baiano. Contudo, sua teoria e prática pedagógica não são claramente conhecidas, como não são tão claras as influências religiosas, as interferências políticas, as relações de classe que se estabeleciam em relação à sociedade conquistense da época – Qual foi o seu método pedagógico, de 1950 a 1960? Em que ele contribuiu para a Educação de Vitória da Conquista? A resposta a tais questões exige um estudo aprofundado da história, da metodologia e dos reflexos da educação desenvolvida no Ginásio Padre Palmeira, desde sua fundação em Vitória da Conquista, até a década de 1960.

PALAVRAS-CHAVE: Ginásio de Conquista – Metodologia - Memória.

INTRODUÇÃO

O primeiro Ginásio de Conquista era conhecido como Ginásio do Padre Palmeira ou, simplesmente, Ginásio do Padre; isso se deve ao seu primeiro diretor, o Padre Palmeira como era chamado Luiz Soares Palmeira, que nasceu no Rio de Janeiro e foi

* Prof^a de História da Rede Estadual de Ensino do Município de Piripá. Especialista em Educação, Cultura e Memória e em História Social do Trabalho. negraraiz@bol.com.br

** Prof^a Dr^a da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Orientadora.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

criado em Alagoas. Após o ingresso no seminário mudou-se para Caetité, município baiano, onde recebeu as “ordens” religiosas. Padre Palmeira foi um sacerdote respeitado, um educador emérito e um político influente.

Em 1935 fundou, no município de Caetité, o Colégio ou Ginásio do Padre Palmeira, que logo foi transferido para Vitória da Conquista. Duas versões tentam explicar esta transferência: primeiro, ela teria sido forçada pela crise provocada com a seca de 1939/40. Segundo, ela atenderia a um convite dos chefes políticos locais, que visavam proporcionar uma educação de qualidade para seus filhos, como atesta Mozart Tanajura no histórico que fez da cidade (TANAJURA, 1992).

A chegada do Ginásio do Padre em Vitória da Conquista, em 1939, é um importante marco histórico para a cidade e a região. Grandes figuras participaram da vida do Ginásio. Nomes como Camilo de Jesus Lima, muitos médicos, advogados e professores renomados. Neste Ginásio formaram-se os professores que consolidaram a Escola Normal, o Centro Integrado Navarro de Brito, além das primeiras escolas privadas criadas no Município. Foi, portanto, o principal núcleo cultural do interior do Estado da Bahia.

Em 1962, o Padre Palmeira era Deputado Estadual e representou a região na Assembléia Legislativa da Bahia. Em seguida, assumiu o cargo de Secretário da Educação do governo Lomanto Junior (1962 a 1966), período em que viajou por todo Estado para acompanhar as escolas públicas, particulares e os ginásios estaduais.

Hoje, o antigo Ginásio é chamado de “A Casa Padre Palmeira”, pertence à Arquidiocese de Vitória da Conquista e foi cedida à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB para abrigar o Museu Pedagógico¹⁸⁰, por meio de um convênio de dez anos de vigência. Em contrapartida, a UESB deve restaurar e manter a sua infraestrutura.

¹⁸⁰ O Museu Pedagógico é um projeto implantado por um grupo multidisciplinar de Pesquisadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no final de 1999, que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando registrar e divulgar conhecimentos relacionados à história da educação, inclusive a história do Ginásio.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O Padre Palmeira, figura respeitada e benquista por grande parte dos seus contemporâneos, ao fundar o Ginásio em Vitória da Conquista, tornou a cidade polo da educação e da cultura da Mesorregião Centro-Sul. Depoimentos de ex-estudantes e professores, atualmente autoridades políticas, intelectuais, profissionais liberais ou pessoas quase “anônimas”, confirmam que o Ginásio do Padre foi considerado o principal núcleo cultural do interior do Estado e sua abertura muito contribuiu para a Educação no município, pois formou o quadro de professores que consolidaram importantes escolas públicas e privadas no Município.

Esses depoimentos suscitaram questionamentos como: quais as concepções pedagógicas predominantes no processo ensino-aprendizagem do Ginásio do Padre entre os anos 1950 e 1960? Sua prática pedagógica obedecia fielmente à concepção defendida? Quais as influências políticas, sociais, econômicas, culturais e religiosas sobre o método pedagógico? Pode-se afirmar, como fazem as fontes orais até agora consultadas, que aquele Ginásio era a referência de cultura e o símbolo de intelectualidade na região? Seria possível comprovar sua contribuição para a Educação no município?

Para responder a essas questões iniciou-se uma análise do Método Pedagógico do Ginásio do Padre, em Vitória da Conquista, entre os anos de 50 e 60 do século XX, confrontando-o com a realidade sócio-econômica e cultural regional e nacional. Certificando-se da concepção pedagógica que direciona seu método de trabalho, e se, a curto, médio e/ou longo prazo, foi possível detectar mudanças nas relações humanas e sociais existentes historicamente, estudando as possíveis alterações no espaço onde as mudanças se processaram.

O marco inicial desta pesquisa é a década de 1950, auge de atuação do Ginásio em Vitória da Conquista. Também, um período bastante fértil da História da Educação no Brasil, momento de muitas iniciativas e renovações no sistema educacional brasileiro. O marco final é a década de 1960, período em que o Padre Palmeira afastou-se da Direção



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

do Ginásio e assumiu a função de Deputado Estadual e Secretário Estadual de Educação do Estado da Bahia. A predileção por este recorte espacial e temporal se justifica por ter sido ele que, inicialmente, despertou o desejo pelo estudo deste objeto, a partir de depoimentos de pessoas de notório saber, de longa vivência ou de significativos vínculos culturais com o objeto estudado.

Muitos relatos immortalizam a trajetória educacional do Ginásio Padre Palmeira. Retratam a sua disciplina, a sua organização, a competência e compromisso das pessoas que fizeram parte da sua vivência, nos diversos segmentos escolares. Contudo, permanece uma incógnita a definição de seu método pedagógico, a corrente de pensamento que deliberava suas ações, os princípios teóricos que embasavam sua metodologia.

Os primeiros relatos a despertarem a preocupação por esse objeto, foram feitos e colhidos aleatoriamente, sem registro ou sistematização, a partir de conversas informais. Numa segunda oportunidade, desta vez na II Jornada do Grupo de Pesquisa Fundamentos da Educação em Vitória da Conquista, uma atividade acadêmica com título: Café Cultura: Memórias do Ginásio de Conquista, realizada em 27 de outubro de 2006, os relatos foram sistematizados e registrados¹⁸¹. Neste evento reuniu-se ex-alunos, parentes de ex-alunos e ex-professores para partilharem suas lembranças e memória do tempo de vivência no Ginásio de Conquista ou Ginásio do Padre. Num terceiro momento, pretende-se colher relatos através de entrevistas em pesquisa de campo, feita a algumas daquelas pessoas que estiveram no Café Cultural. Nos relatos feitos até agora ficou evidenciado o pioneirismo, o sucesso, a excelência e o glamour que envolve a imagem deste Ginásio que, segundo os depoentes, foi o centro disseminador de conhecimento e formador da intelectualidade no sertão baiano.

¹⁸¹ Durante o Evento: *Café Cultural: Memórias do Ginásio de Conquista*, em 2006, no Museu Pedagógico, antigo Ginásio Padre Palmeira, ex-alunos e professores expuseram suas lembranças sobre diversos temas relacionados aos seus anos de vivência no Ginásio Padre Palmeira. Esses depoimentos foram gravados e arquivados, compondo o acervo de fontes para pesquisa em Educação, sob os cuidados do Museu Pedagógico.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Experiências como estas trazem a certeza de que o estudo das particularidades, que se dá em articulação com o todo, pode preencher lacunas existentes no conhecimento de determinados fatos e realidades. Muitos sujeitos históricos são negados, incompreendidos ou ignorados. Cabe, agora, analisar sua trajetória, registrar e imortalizar suas ações e contar a história dos “povos sem historia”. Se o conhecimento dos fatos do passado é basilar na compreensão do presente, para explicar as práxis pedagógicas vigentes em nossos dias, tidas como processos naturais e imutáveis, é fundamental o estudo e a pesquisa da educação e de suas múltiplas dimensões, em âmbito geral e local.

Podemos compreender, à luz da ciência, as raízes pedagógicas, os seus elementos fundamentais e as práticas educativas de determinadas instituições e perceber se é possível identificar os seus possíveis frutos. Deste entendimento surgiu o propósito de realizar o presente estudo, que é encaminhado a partir da análise da concepção e aplicação pedagógica específica do Ginásio do Padre, no município de Vitória da Conquista, no sertão baiano, entre os anos 50 a 60, verificando as imbricações religiosas, políticas e sociais do método pedagógico utilizado, certificando-se da sua contribuição para a Educação no município e das possíveis mudanças nas relações humanas e sociais existentes geográfica e historicamente.

O atual estágio de desenvolvimento dos estudos e pesquisas acerca da Educação no Brasil já compõe um significativo conjunto de obras que tratam de diversos temas relacionados à sua História e Historiografia, bem como relacionados às problemáticas e desafios atuais. Contudo, muitas contribuições ainda podem ser dadas, visando a construção da trajetória histórica da educação brasileira, sobretudo, identificando o conjunto de suas concepções e práticas pedagógicas, dominantes ou não, em determinados espaços ou épocas.

Uma visão panorâmica da história do Brasil pode nos apresentar o cenário que cercou o processo ensino-aprendizagem ou no qual ele esteve incluído, decidindo ou



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

sendo decidido. Porém, são visões gerais e amplas, que talvez não revelem as especificidades ou excentricidades que certamente floresceram e florescem no cotidiano do povo brasileiro.

A educação no Brasil colonial teve intensa influência jesuítica, posto que o Estado português era unido à Igreja. Com a chegada dos jesuítas, a práxis educativa, leiga ou religiosa, adquiriu um caráter excludente. Os filhos dos portugueses estudavam nos colégios jesuítas, os índios aprendiam catequese nas missões religiosas e os escravos eram educados pelos senhores.

O Período Jesuítico (1549-1759) foi interrompido pela reforma pombalina que, além de expulsar os jesuítas dos domínios portugueses, laicizou o processo educativo. Foram criadas as Aulas Régias e o rendimento da coleta, para manutenção das escolas primárias (ALMEIDA, 1989). A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já consolidado como modelo educacional.

Ao Período Pombalino (1760-1808) seguiu-se uma nova fase na Educação - Período Joanino (1808-1821) - marcada pela transferência da Família Real para o Brasil, a qual, para atender as necessidades de sua estadia, trouxe consigo avanços para a Educação, no que se refere à criação de Escolas, como a primeira Escola de nível superior no Brasil, Escolas de Direito e Medicina, a Escola médico-cirúrgica - em Salvador, Academias Militares e a Biblioteca Real (ALMEIDA, 1989).

A independência em relação a Portugal trouxe ao Brasil uma Constituição, que no item Educação pregava que os direitos civis e políticos dos cidadãos seriam assegurados através da instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Nesse momento, em 1823, instituiu-se o Método Lancaster ou do "ensino mútuo"¹⁸², uma tentativa de suprir a falta de professores.

¹⁸²No Método Lancaster ou do "ensino mútuo", um aluno treinado ensinava a um grupo de dez alunos, sob a rígida vigilância de um inspetor.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Instaurada a República no Brasil, a organização escolar, assim como o processo político, sofreu influência da filosofia positivista. Durante a Primeira República (1889-1929) os positivistas parecem ter sido os que ‘pensaram’ e efetivaram a Educação no Brasil. A liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária, eram princípios orientadores da Reforma de Benjamin Constant¹⁸³. Paralelamente, o ideário liberal que defendia o mesmo regime, no processo de conciliação que dominava a realidade política e econômica da República, organizou as leis educacionais nos estados, cuja representação mais forte foi a de Francisco Campos (Magalhães, 2005).

A Segunda República (1930-1936) foi palco da entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. Ao investir no mercado interno e na produção industrial o país exigiu uma mão-de-obra especializada, e a educação foi recrutada para essa “missão”. Portanto, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e a “Reforma Francisco Campos”, como são conhecidos os decretos sancionados pelo governo provisório, organizando o ensino secundário e as universidades.

Em 1932, um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por conceituados educadores da época. Em 1934, a nova Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo Estado.

O Estado Novo (1937-1945) outorga uma nova Constituição¹⁸⁴ que reflete as tendências fascistas. A orientação político-educacional para o mundo capitalista fica

¹⁸³ Benjamin Constant foi Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entre 1890 e 1891, quando realizou uma reforma no ensino primário e secundário. Uma das intenções desta reforma era transformar o ensino de predominância literária em ensino científico. Foram realizadas diversas reformas de abrangência estadual e uma intensa disputa entre os que defendiam a predominância literária e os que desejavam o ensino enciclopédico.

¹⁸⁴ Na Constituição de 1937 destaca-se o ensino pré-vocacional e profissional. Propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas públicas e particulares, tirando do Estado o dever da educação. Mantém a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e dispõe como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

definida em seu texto que sugere a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

As conquistas do movimento renovador influenciado pela Constituição de 1934, foram enfraquecidas na Constituição de 37. Nesse período, é nítida a distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual propagado pelo ensino profissional, para as classes economicamente desfavorecidas.

Em 1942, por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, são reformados alguns ramos do ensino. Estas Reformas receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valorizam o ensino profissionalizante.

O fim do Estado Novo permitiu a adoção de uma Constituição de cunho liberal e democrático. Em relação à Educação, esta determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional¹⁸⁵.

Na República Nova (1946-1963), período bastante fértil da História da Educação no Brasil, tal como as discussões sobre a LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, foram fatos marcantes, também, iniciativas como: em 1950, no estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação, dando início à sua idéia de escola-classe e escola-parque; em 1952, no Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético; em 1953, a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura- MEC; em 1961, tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos; em 1962, é criado o Plano Nacional de

¹⁸⁵ Ainda, a nova Constituição retornou o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30. Depois de 13 anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem a pujança do anteprojeto original, prevalecendo as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino, no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo MEC, inspirado no Método Paulo Freire.

O golpe militar de 1964 suprime todas as iniciativas de revolucionar a educação brasileira, classificando tais propostas de "subversivas". Nesse período a educação adquiriu um caráter antidemocrático e a violência atingiu os diferentes segmentos da escola: professores presos e demitidos; universidades invadidas; estudantes presos, feridos ou mortos. Nesse contexto, onde qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada, é instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, na tentativa de dar à formação educacional um cunho profissionalizante.

Findo o Regime Militar, o caráter político já havia assumido a discussão sobre as questões educacionais, em detrimento do seu sentido pedagógico. Para isso, contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento, que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma.

Um Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, em 1988, no ritmo da nova Constituição e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto, que acabou por ser aprovado em dezembro de 1996.

Panoramas históricos como esse que acaba de ser feito privilegiam os acontecimentos nacionais em detrimento dos, não menos importantes, acontecimentos regionais. Porém, a Educação apresentará diferentes feições e papéis, a depender do conjunto de indivíduos e realidades em que estiver inserida. Esse fato pode ser revelado a partir das dimensões fundamentais da pesquisa em história: tempo e espaço.

No que se refere às condições de pesquisa sobre Educação na Bahia, merece destaque o trabalho da pesquisadora Antonietta Aguiar Nunes, no Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, que tem revelado inúmeros documentos sobre a educação na



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Bahia Imperial e Republicana (Casimiro, Medeiros, Magalhães, 2004). Como atesta os pesquisadores dos Fundamentos da Educação, ligados ao Museu Pedagógico, apesar da existência de alguns trabalhos importantes abordando História da Educação na Bahia, o enfoque da educação na Região Centro-Sul da Bahia apresenta lacunas e ausência considerável de trabalhos científicos. Principalmente, ausência de uma história da educação com base analítica nas fontes documentais primárias que permita o estudo da educação como um fenômeno dialético, oriundo de relações sociais (Casimiro, Medeiros, Magalhães, 2004).

Segundo Libânia Nacif Xavier, é uma tendência visível nos estudos de pesquisadores contemporâneos interessados na educação brasileira, o recorte espacial que privilegia o enfoque regional e local da educação, procedimento que entende que as práticas educacionais, assim como as sociais, conformam as dimensões simbólicas do espaço físico representado (XAVIER, 2001).

Estudando a reflexão teórica e acompanhando a trajetória de indivíduos ou instituições relevantes, pode-se compreender as especificidades da gênese e do desenvolvimento da educação em nosso país, atentando-se para a maneira como esse modelo escolar articula-se ao processo de constituição da esfera pública do país, de secularização da cultura, de predominâncias religiosas e de sistemas econômicos.

O fenômeno educativo possui elementos que lhe atribuem um caráter específico de cientificidade, podendo ser estudado a partir de diversos aspectos? Para José Libâneo, Doutor em Filosofia e História da Educação, a educação e o fenômeno educativo em si apresentam elementos que lhes justificam ter um caráter de cientificidade. O autor afirma, em seu artigo “Que Destino os Educadores Darão à Pedagogia?”, que o fenômeno educativo, sendo um fato da vida individual e social, é também um aspecto da realidade, podendo ser descrito, explicado, compreendido através de métodos de investigação (LIBÂNEO, 1996).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O racionalismo exacerbado que dominou as ciências nas sociedades ocidentais modernas criou verdadeiras cartilhas destinadas à organização e triunfo dos oprimidos sobre seus opressores, manuais tão detalhados e específicos àquela realidade que, se transferidos para outro tempo e espaço, provavelmente, não surtiriam o efeito esperado. Não desmerecendo a incomensurável contribuição teórica marxista para a compreensão do organismo social, outros procedimentos teórico-metodológicos foram desenvolvidos a fim de sustentar a pesquisa na área das ciências sociais, porém com novos pressupostos ontológicos, gnosiológicos e axiológicos.

O estudo da trajetória de intelectuais ou instituições brasileiras que exerceram papel relevante nacionalmente ou em determinada região, trabalhando o seu ideário, articulando o pensamento e a ação em trajetórias individuais ou coletivas, permitem a reconstituição de contextos históricos mais amplos. Trata-se categoricamente de uma postura teórico-metodológica inspirada na Escola dos Annales (XAVIER, 2001).

Os Annales se constituem como um movimento que incentivava várias inovações no âmbito da metodologia da pesquisa histórica e agrupava diversas matrizes teórico-metodológicas em seu interior. Segundo Peter Burke, no seu livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, “la nouvelle histoire” é o resultado do trabalho de um grupo de estudiosos que reuniam diferentes contribuições individuais na revista *Annales*, criada em 1929 (BURKE, 1997).

A “Terceira Geração” dos Annales, chamada Nova História, presidida por Braudel e Le Goff, a partir de 1972, teve por principal característica o policentrismo e a abertura das fronteiras da história. Para Peter Burke, a Nova História não se trata de uma concepção homogênea em termos teórico-metodológicos; aproxima-se mais de um movimento inovador da pesquisa histórica, que reúne historiadores de diversas posturas e ecletismos (BURKE, 1997).

No desenvolver da pesquisa científica são produzidos, metodológica e teoricamente, vários ecletismos, ou seja, fusões entre concepções e autores



diferenciados. A opção pelos recursos metodológicos da nova história não impede que categorias de análise provenientes de outras concepções metodológicas sejam utilizadas como ferramentas complementares na pesquisa, na busca dos fragmentos perdidos da realidade, na descoberta da trama das relações que permitem reorganizar, recompreender os fragmentos da realidade. O materialismo dialético, por exemplo, pelas suas qualidades metodológicas, permite compreender de forma mais ampla determinadas realidades.

A história, mais que um conjunto de fatos brutos, é a arena onde a essência humana se expressa, por isto os produtos da imaginação têm uma relência. A eficácia de uma explicação histórica acerca das ações político-pedagógicas, passa pelo reconhecimento da existência do simbólico no interior de toda realidade histórica. Cada comunidade cria, em sua práxis total, em sua realidade sócio-histórica, seus significados e símbolos. E é dentro de sua práxis específica que tudo isso tem coerência viva. As vozes vivas dos homens do presente são umas das expressões das vidas e visões sociais de uma comunidade (POLLAK, 1992 e LE GOOF, 1996).

Muitas são as vezes em que a tarefa de reconstruir a História da Educação ou aspectos ligados a ela vem acompanhada do resgate da Memória (XAVIER, 2001). A reconstituição da História da Educação articulada ao resgate da Memória de indivíduos e grupos enquadra-se, também, em um movimento de reinterpretação da realidade educacional brasileira contemporânea.

Nesse sentido, tornou-se salutar a escolha da metodologia usada neste estudo. Para compreender, decompor, apreender criticamente determinado presente, o método da História Oral constitui um meio eficaz. Esse método não é técnico ou mecânico, mas uma perspectiva subjetiva, compatível com a subjetividade geral do ser social. Trata-se de uma possibilidade de diálogo, reconstrução e imaginação de realidades, experiências



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

e vidas¹⁸⁶(CALDAS, 1999). Em história oral a entrevista é salutar e não se constitui isoladamente, ela é parte integrante na produção do conhecimento (MEIHY, 1998)¹⁸⁷.

O Historiador Erivaldo F. Neves apresenta alternativas teórico-metodológicas para a pesquisa, como a história regional e local, e difunde a investigação do passado de pequenos mundos da pluralidade nacional, sem perder a perspectiva da totalidade histórica (NEVES, 2002). A história regional e local, segundo o autor, não é definida pelos pequenos mundos do seu objeto de estudo, mas sim por se constituir em referencial teórico-metodológico, que proporciona meios para alcançar dimensões inatingíveis pelas abordagens sistêmicas. Sua prática deve-se iniciar pela identificação das fontes e definição dos recursos metodológicos adequados, priorizando os recursos interpretativos da hermenêutica, partindo da idéia de que a parte não se define por si, mas, na relação com o todo (NEVES, 2002).

No desenvolvimento do presente projeto, são utilizadas fontes documentais oficiais escritas e novas fontes que trazem um potencial de informações do específico educacional que permitem um olhar para os dados individuais e coletivos, objetivos e subjetivos. Portanto, são utilizadas entrevistas com pessoas de longa vivência ou fortes vínculos com o objeto estudado; relatórios de acontecimentos envolvendo os diferentes segmentos do Colégio nos diversos espaços sociais; filmagens e fotografias que tragam registros desta atuação; arquivos públicos e particulares que informem sobre a tradição

¹⁸⁶ Na História Oral é superada a objetividade, pois se entende que o concreto não se resume ao visível desse concreto. Segundo Alberto Luis Caldas, o ser que vivenciamos e conhecemos, que nunca é ser universal, mas histórica e socialmente determinado, é contradição coagulada e só através dela possível de se compreender. A vivência dialógica promove um mergulho nessas contradições, realidades e ficções. Para além de uma conversação que somente reconhece e aponta objetos, deve-se permitir a valorização do indivíduo e a exaltação da experiência como resultado da vida. História Oral não tem fim e si mesma, mas é voltada para consciência e vida dos homens envolvidos nesse presente como processo dialético em diálogo (CALDAS, 1999). O seu método deve subordinar-se a criatividade do oralista, e este o cria na dialogicidade viva entre a reflexão e a realidade, entre as falas e o silêncio, entre as lutas, imagens e desejos.

¹⁸⁷ Colônias são comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. A definição da colônia pode estar vinculada a critérios como idade, sexo, condição social, etnia ou outros que se relacionem com os objetivos do projeto. Inicialmente, escuta-se às pessoas que possuam um conhecimento abrangente sobre a história do grupo e que tenham condições de auxiliar na indicação dos futuros entrevistados. Essa entrevista, denominada ponto zero, pode vir a constituir-se na primeira de uma rede de colaboradores, que constituirão um grupo orgânico (MEIHY, 1998).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

pedagógico-escolar do município; arquivos da Diocese e da Paróquia para recolher artigos e documentos de orientação sobre o trato das questões relacionadas à Educação; consulta à bibliografia específica.

No que se refere ao processo da construção da historicidade da educação, é mister conhecer a práxis pedagógica que direcionou determinadas instituições de ensino que foram relevantes em determinados contextos históricos, partindo de uma interpretação que articule as informações materiais e simbólicas adquiridas através da pesquisa científica.

A educação aqui investigada é analisada sob a perspectiva da sua práxis pedagógica, ou seja, suas leis, conteúdos ideológicos, formas de pensamento, metodologias, simbolismos, representações da sociedade e, da forma como essa práxis foi recebida pela sociedade em que o Ginásio Padre Palmeira se inseria, no município de Vitória da Conquista, entre os anos 50 e 60. O estudo, que apenas se iniciou, deverá articular as relações existentes, no período estudado, entre o método pedagógico escolar do ginásio, do município, da Bahia e do Brasil.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da Instrução pública no Brasil (1500 1889) Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo:EDUC/ Brasília:INEP/MEC, 1989.365.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Cia, das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.
- CALDAS, Alberto Lins, Oralidade, Texto e História. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- CASIMIRO, A.P.B.S., MAGALHÃES, L.D.R. e MEDEIROS, R.H.A. Fundamentos da Educação na Bahia: A História da Educação em Vitória da Conquista. In: Anais da IV Jornada do HISTEDBR. Org. Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi e Maria Isabel Moura Nascimento. Ponta Grossa, UEPG, 2004.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

- HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro 1550-1800. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LIBÂNEO, José Carlos. Que destino os educadores darão à pedagogia? In: PIMENTA, Selma Garrido (Coord.). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 2ª ed. SP, Loyola, 1998.
- Magalhães, Lívia Diana Rocha. A Educação na Primeira República. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p.-, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584 1.
- MEDEIROS, Ruy H. A. A Idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca. Conferência proferida no IV Congresso de História da Bahia. Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. 1 (texto completo.) 2001.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. História regional e local: fragmentos e recomposição da história na crise da modernidade. Feira da Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 05, nº.10, 1992.
- TANAJURA, Mozart. História de Conquista: crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: PMVC (ed. comemorativa). Brasil Artes Gráficas LTDA. 1992.
- WHITE, L. Os Símbolos e o Comportamento Humano. in F. H. Cardoso e O. Ianni, Homem e Sociedade, 4a. ed. São Paulo: Nacional, 1968, p. 182.
- XAVIER, Libânia Nacif. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/200). In: SBHE. (Org.). Educação no Brasil: História e Historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001.